

STF julga amanhã se aumento dos parlamentares é constitucional

O Supremo Tribunal Federal (STF) julga amanhã a ação direta de inconstitucionalidade proposta por parlamentares do PT e PSDB contra o aumento de 102,58% para deputados e senadores. Eles consideram "inconstitucional e exorbitante" o aumento aprovado quinta-feira pelo Senado. A suspeita de que a decisão seja ilegal levou levou o presidente da Casa, Mauro Benevides (PMDB-CE), a adiar a promulgação do projeto.

Se não for suspenso por uma liminar do STF, o projeto significará aumento de 143,09% para os parlamentares, pois eles terão direito ao reajuste de 50% que deve ser concedido ao funcionalismo público em janeiro. Além disso, eles receberiam também os 20%, aprovados em dezembro para os servidores.

Na ação, os parlamentares alegam que o plenário do Senado não tem poderes para alterar a remuneração, mas apenas para repassar aos parlamentares os índices aplicados aos servidores federais. A Constituição diz que com-

pete ao Congresso — e não a cada uma das Casas — fixar a remuneração para a legislatura seguinte.

Em São Paulo, durante um seminário, alguns parlamentares concordaram que é preciso criar um outro tipo de mecanismo para seus vencimentos. "Não dá para dizer se isso é muito ou pouco num País em que o salário-mínimo é de Cr\$ 42 mil", respondeu o deputado Gastone Righi (PTB-SP). De qualquer forma, ele propõe que se mude o sistema. "Já tenho um projeto de resolução profundo o fim dos salários. Os deputados só receberiam mediante a comprovação de seus gastos", sugere Gastone. Já o deputado Jacques Wagner (PT-BA) propõe que os parlamentares ganhem o mesmo salário que recebiam antes de se elegerem, com a indenização dos gastos de sua atividade política. "Mas ainda acho que um aumento de 62% (Cr\$ 4,25 milhões) seria mais do que suficiente. Não se trata de demagogia, mas de preservar a instituição, cada vez mais desgastada."